

# 1 Introdução

Em recente artigo com sugestivo título “*Why the Maghreb matters*”, Ira William Zartman (2011) se propõe a apresentar aspectos contemporâneos das relações internacionais na região do Maghreb. O Maghreb é retratado como um espaço de disputas constantes e conflito iminente, devido à natureza totalitária dos regimes políticos, movimentos extremistas, presença de redes “terroristas” (o autor cita a *Al Qaeda*) e a persistência de problemas sociais como desemprego e pobreza. Por conseguinte, o Maghreb é concebido como uma região onde a “presença de potências estrangeiras” é desejável e condição necessária para a condução de reformas e emergência de qualquer prospecto concreto de cooperação (Zartman, 2011:98). Através dos discursos da segurança e da reforma econômica, o Maghreb é homogeneizado enquanto região onde a impossibilidade de cooperação auto gestada é tida como característica quase intrínseca (Zartman, 2011).

Tal perspectiva não se configura como exceção, mas como tendência no que concerne às (relativamente escassas) abordagens que se dedicaram a acessar as relações internacionais dessa região (Haddadi, 1999; Haddadi, 2004; Celso, 2008; Joffé, 2008; Martins, 2009; Zartman, 2011). Em um contexto em que conceitos e discursos perigosamente ambíguos e de potencial homogeneizador e/ou universalizante como “terrorismo”, “modernização/desenvolvimento” e “humanitarismo”, e no qual narrativas podem adquirir o mesmo teor, como a recente “Primavera Árabe”, a forma com que as relações entre sociedades são acessadas sofrem influência direta das espacializações criadas por esses discursos e métodos de acessar o mundo “real”. Tendo isso em vista, a questão que moveu Edward Said (2007) em direção a uma crítica ao Orientalismo e move alguns nomes voltados para o estudo das relações internacionais (Sajed, 2006, 2008; Doty, 1996; Paolini, 1999; Darby, 2006), também contagia o presente estudo: a capacidade de determinados conceitos, representações e disciplinas (no sentido de “campos do conhecimento”) de *acumular* sistematicamente seres humanos, espaços e territórios.

O presente trabalho parte da afirmação de que esses termos (e as diferentes formas com que são enquadrados e utilizados) são responsáveis pela diferenciação, em um sentido de hierarquização, entre diferentes espaços que compõem o imaginário na esfera da política internacional. Nesse sentido, Edward Said (2007; 2011), Homi Bhabha (1998), Roxanne L. Doty (1996) e Alina Sajed (2006; 2010), considerados os contextos a partir dos quais se desenvolvem suas obras, chamam atenção para o poder de “marcar, ordenar e classificar”, bem como performar “expulsões ritualizadas” e “simbolicamente (e materialmente) confinar outros a imagens estereotipadas sobre quem/o que são” e as consequências dessa espécie de poder simbólico no âmbito da política internacional. “Esses poderes são instrumentais em decisões sobre intervir ou não em situações de conflito, no estabelecimento de parâmetros de ajuda e desenvolvimento” e no condicionamento dos termos em que se dão os “encontros” com o “outro” (Sajed, 2010:20). E o conceito de região – uma vez concebido como denotador de espaços diferenciados, fixos, bem demarcados, homogêneos e facilmente identificáveis – serve bem a esse tipo de totalização e hierarquização entre espaços, contextos e indivíduos situados. Exemplo emblemático disso é encontrado na obra “Orientalismo” de Said (2007), onde a contraposição entre duas entidades representadas como historicamente, culturalmente e geograficamente colocadas, evidencia relações desiguais poder (especialmente no âmbito da lógica saber-poder). E isso culminaria em representações problemáticas, estereotipadas e, tão logo, incompletas acerca do que constituiria o Oriente – melhor especificando, o Oriente do Ocidente.

No que tange ao Maghreb – horizonte a partir do qual se desenvolveu o ímpeto que levou a esse estudo –, contudo, alguns aspectos tornam essas elucidações especialmente intrigantes. Devido a sua localização “entre o Oriente e o Ocidente” (Sajed, 2008; Mignolo, 2003), bem como a história conturbada – e ao mesmo tempo construída – por ondas de invasão, colonização e resistência a essas dinâmicas, diferentes sentidos de identificação e diferenciação são suscitados em torno dessa região. Dessa forma, o Maghreb, embora entendido enquanto região, não é facilmente localizável ou mesmo emoldurável no âmbito desse conceito se, como mencionado, por “região” se entende algo perene e atrelado às cartografias dos mapas. Da mesma forma em que o referencial regional ao qual se atrela a

palavra Maghreb – como outros semelhantes, em seus devidos contextos, como América Latina, Europa, África, Mundo Árabe, Oriente, Ocidente, dentre outros – remete às imagens salientadas a abertura desse capítulo, outras cargas igualmente importantes – mas menos abordadas no âmbito de estudos sobre política internacional – estão contidas ali. Parafraseando Rêda Bensmaïa (2003), mais do que um referencial geográfico, o Maghreb, especialmente a partir do contexto da luta contra a colonização e das reflexões em torno da (pós-) colonialidade, se configura como uma “linguagem criada”. Nesse sentido, antes de explicitar os questionamentos e pressupostos a partir dos quais se desdobrará o presente estudo, algumas linhas são dedicadas à apresentação de algumas dessas diferentes “faces” do Maghreb.

Maghreb é uma palavra árabe que significa “terra onde o sol se põe” ou “o Ocidente”, quando definido em oposição ao Mashreq, “terra onde o sol nasce”, ou “o Oriente” (Maghreb Studies, 2003). O Maghreb, concebido enquanto região ou, nos termos de Mignolo (2003), “localização geoistórica”, traz incrustado em si elementos internos e externos anteriores a mais recente colonização (predominantemente francesa) e aos conseguintes movimentos de independência que definiram o desenho de fronteiras atual<sup>1</sup>. Enquanto lócus de heranças que se manifestam e se manifestaram de maneira não necessariamente progressiva, mas que ainda permeiam os imaginários acerca desse espaço, o Maghreb não pode ser entendido separadamente dessas pluralidades. Sua localização já levou Walter Mignolo a caracterizá-lo como uma “passagem” ao invés de uma fundação (como o Estado, por exemplo) e a chamá-lo de “travessia do global” (Mignolo, 2003:105), dada a quantidade vultosa de fluxos (de pessoas, produtos e ideias das mais diversas naturezas) que o perpassam. Ou, de forma relacionada, dada a esfera dos projetos políticos através dos quais a pós-colonialidade é performada. Sobre esses sentidos que se acumulam em torno do Maghreb, Abdelwahab Meddeb (1977) sintetiza:

Qu'est-il sinon ce territoire qui se delimitte par la réitération de ses fonctions, de ses ethnies, par ce qui l'approche, le voisine, l'a pénétré, impregne peu ou bien? (...)En ce mot arabe qui désigne notre territorialité, les sens s'accumulent, s'excluent, se concentrent, divergent, fuient, étranges. Nous sommes l'occident,

<sup>1</sup> Para detalhes, ver: Laroui, Abdallah. *The History of the Maghrib – An interpretative Essay*. New Jersey: Princeton University, 1977. Ver também caps. 4 e 5 desse estudo.

le couchant, le crépuscule, la fin d'un monde, le regard qu'engloutit la limite, l'océan ... (p. 21)

Em contexto mais recente, a concepção do Maghreb enquanto região esbarra também no projeto político regionalista, a chamada União do Maghreb Árabe (UMA), oficializada em 1989, e composta por Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. A UMA é caracterizada por muitos como uma institucionalização que não se realizou efetivamente, devido aos entraves com raízes nas diferentes dinâmicas nacionais assumidas por seus membros após os processos de independência (Darrat, Pennathur, 2002; Larramendi, 2008). Contudo, a UMA é concebida também como uma tentativa contemporânea de materializar o ideal de unidade que caracterizou a emergência do Maghreb como um referencial de resistência em relação ao colonizador europeu (Al-Jabri, 1985; Khatibi, 2003/2008). Tal ideal de unidade se caracteriza também pela narrativa mais ampla em torno das possibilidades de realização de “um projeto específico e concreto de reconstrução de uma nação árabe” designada pela palavra árabe *umma* (Messari, 2006). Outra dinâmica regional recente envolvendo o Maghreb pode ser encontrada nas iniciativas da União Europeia e a tentativa de estabelecer laços entre as parcelas “Norte” e “Sul” do que chamam de região Euro-Mediterrânea – no sentido inclusive de destacar a identidade mediterrânea do Maghreb “em detrimento de sua identidade de *umma*, ou seja, do seu arabismo” (Messari, 2006). E nesse ponto vale mencionar ainda a diversidade étnica da região, o que faz com que o arabismo ou mesmo o termo “Maghreb Árabe” obscureça lutas internas à região e diferenciações em relação ao dito “Mundo Árabe”<sup>2</sup> (Sajed, 2008; Messari, 2006).

Consideradas essas e outras nuances que compõem o entendimento do Maghreb enquanto região, não será possível aqui – e nem é objetivo desse estudo – definir o que é o Maghreb através de um recorte geopolítico<sup>3</sup>. A dificuldade de estabelecimento de uma definição geopolítica amplamente aceita em torno do

<sup>2</sup> Assim como Maghreb, a noção de “Mundo Árabe” traz em seu bojo uma carga grande de significados que normalmente levam ao resultado contraprodutivo de capturar e homogeneizar diferenças de força incomensurável com a própria heterogeneidade que perpassam a dita identidade árabe. Ver: Messari, 2006:245-249

<sup>3</sup> Usualmente falando, o Maghreb se configura no que hoje são os países Marrocos, Argélia e Tunísia. Contudo, existem concepções nas quais aparece como uma região mais ampla, incluindo também Mauritânia, Líbia, Saara Ocidental e até mesmo partes da Espanha (Sajed, 2008; Amin, 1970). Em Laroui (1977), por exemplo, o referencial territorial para o qual se aplica o termo “Maghreb” varia consideravelmente em diferentes períodos históricos.

Maghreb é, inclusive, um dos aspectos que contribuiu para sua caracterização como um construto regional de difícil “captura”. Nesse sentido, o intento aqui, por outro lado, pode ser sintetizado como uma busca por identificar, entender e relacionar os elementos que atuam como condições de possibilidade para que determinadas representações acerca do Maghreb, na qualidade de região, possam emergir. E essa é, de forma geral, a problemática sobre a qual se debruça o presente trabalho. Os termos através dos quais se dará esse esforço precisam, contudo, serem delineados.

No intuito de já introduzir esses termos, a pergunta geral que norteia esse trabalho é: *Como se constrói o imaginário geral em torno da região nas (R)relações (I)internacionais e como esse imaginário se relaciona com o lócus específico do Maghreb?* Um desdobramento dessa questão, norteará, ainda, o segundo momento desse estudo, a ver: *Como a (pós-)colonialidade se relaciona com a construção de identificações e diferenciações no espaço-região no que concerne especificamente ao Maghreb?* Possíveis respostas para esse segundo questionamento serão cunhadas a partir da construção de paralelos entre diferentes formações discursivas em torno do Maghreb. Esse esforço de confrontação se concentrará predominantemente em dois blocos de “textos”: um corpo de estudos relativamente recente voltado, principalmente, para as relações entre Maghreb e Europa; e outro referente às leituras do Maghreb presentes em obras de intelectuais nas quais o Maghreb é tomado como um lócus de enunciação<sup>4</sup>. Nesse segundo bloco, o substrato de análise foi construído em torno das obras de dois

---

<sup>4</sup> É importante ponderar aqui que os estudiosos do quais partiram as obras utilizadas para compor a argumentação na primeira parte não são encarados como componentes de um “corpo” coeso de literatura e pesquisa. De fato, são intelectuais que compartilham o interesse em uma agenda de pesquisa centrada nas relações mais recentes entre os países maghrebins e europeus, e que utilizam, guardadas suas diferenças, modelos analíticos baseados em análise de discurso e de política externa com foco na União Europeia. Tratam-se de intelectuais que falam a partir de diferentes institutos de pesquisa e que inclusive possuem agendas de pesquisa, em sua maioria, diversificadas. Dessa forma, diferente do que é feito no capítulo empírico seguinte, onde as obras de Mohammed Abed Al-Jabri e Abdallah Laroui são convertidas no substrato primário de análise, os estudiosos cujos trabalhos são utilizados no capítulo 4 não são tomados como os portadores *prima facie* dos discursos totalizadores problematizados, mas que atuam na propagação desses discursos ao, em em larga medida, não-problematizá-los. Nesse sentido, esses trabalhos devem ser entendidos em termos de esforços de análise acerca de uma conjuntura específica – que, nesse caso, se centra nas tentativas de fundamentação de uma narrativa regional em torno do Mediterrâneo e na qual a Europa assume um papel de liderança. O que não impede, contudo, que determinados termos evidenciados em alguns desses estudos sejam problematizados. Pode-se pensar como exemplos: a desatenção em relação à hierarquização Norte-Sul presente (explícita ou implicitamente) nos discursos emanados das instâncias europeias e o eco feito à aparência neutra e, por vezes, quase natural que a região – seja o Maghreb, a Europa, ou mesmo a dita região Euro-Mediterrânea – assume.

intelectuais considerados “monumentos do pensamento maghrebino”, a ver, Abdallah Laroui e Mohamed Abed Al-Jabri. Nesse sentido, uma terceira questão paira sobre a pesquisa e reflete a sensibilidade teórica a partir da qual ela se desenvolve: *como a pós-colonialidade atua enquanto esfera performática do Maghreb no contexto dessas obras?* Ou, dito de outra forma, como a pós-colonialidade é performada através do lócus Maghreb?

O conceito de região é o ponto nodal ao redor do qual se desdobra o presente estudo. Região é um termo/conceito dotado de uma amplitude ímpar, o que culmina em debates igualmente amplos e também fragmentados em seu entorno. Como salienta Rogério Haesbaert (2010a; 2010b), a temática regional encontra-se imbricada por questões envolvendo as relações entre parte e todo, o particular e o geral, bem como, em enfoques mais empíricos, as relações entre central e periférico, moderno e tradicional, global e local. Na qualidade de um conceito cujas raízes se encontram na Geografia – campo do conhecimento que, em larga medida, dita o imaginário em torno do espaço no âmbito das ciências sociais – a região pode ainda denotar uma divisão espaço-territorial que culmina no estabelecimento de “áreas” de estudo, ou mesmo uma territorialidade no sentido de “espaço materializado” (Haesbaert, 2009) ou “sob domínio” (Silveira, 2007). A região é também um *tópos* a partir do qual diferentes projetos políticos são engendrados. Ou, a região pode ainda ela mesma ser entendida enquanto um projeto político. Contudo, ainda que o termo “região” possa gerar um gatilho automático em direção a imagens relacionadas aos mapas, condições do ambiente, disposição territorial e, tão logo, desenhos de fronteiras, uma torrente de imagens sobre contextos e indivíduos vem também à tona. Evidencia-se, então, a dimensão discursiva e representacional da região. Nas palavras de Albuquerque Júnior (1999), “a região se institui, paulativamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si” (Haesbaert, 2010a:69). Da da mesma forma e relacionado à exposição com a qual se iniciou esse momento introdutório, “a verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível” (Haesbaert, 2010b:69). Logo, a região é criada e recriada como topologia<sup>5</sup> em diferentes contextos e a partir de diferentes estratégias.

---

<sup>5</sup> Segundo o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” (1986), a palavra topologia é sinônimo de topografia, no sentido de “descrição minuciosa de uma localidade”. Topologia refere-se também,

Especialmente importante no âmbito desse estudo é o conceito de “região como artefato”, cunhado por Rogério Haesbaert (2010, 2010b). No intuito de salientar essa pluralidade de sentidos que entrecortam o entendimento da região em sua qualidade de “arte” e “fato”, tal conceito contribui para romper com a dualidade por vezes advogada entre a região como construção meramente analítica ou percebida, e como produto material-funcional e/ou simbólico da ação dos sujeitos e processos sociais (Haesbaert, 2010b:7). Logo, para além de um espaço homogêneo, incontestado e bem demarcado, ou mesmo de um artifício analítico, a região se configura como um lugar favorável para a produção, incorporação e *tradução* de projetos globais e locais de diferentes naturezas. É nesse sentido que são sugeridas aqui três chaves – de caráter estritamente heurístico – para ler a região no âmbito das diferentes esferas discursivas reveladas ao longo desse estudo, a ver, *região como captura*, *região como plataforma de inserção* e *região como horizonte de resistência*<sup>6</sup>.

Nesse sentido, portanto, este estudo parte do pressuposto de que o espaço é um fenômeno político e imbricado entre o percebido, o concebido e o vivido (Lefebvre, 1990/2009, 1991). Da mesma forma, a região, enquanto conceito

---

no âmbito da Gramática, como “Tratado da colocação ou disposição de certas espécies de palavras”. O termo é derivado ainda do grego “*tópos*”, que pode ser traduzido como “lugar/localidade” (p.1689). O termo topologia é, então, utilizado aqui no sentido literário, ou seja, de descrição de uma localidade, uma disposição; um “lugar”, porém um “lugar” diretamente relacionado a uma gama de outras metáforas espaciais, outros lugares. Um exemplo pode ser cunhado do próprio uso feito do termo “topologias do conhecimento” para caracterizar os diferentes enfoques dados ao regional no âmbito dos Estudos de Área e do debate em torno de Níveis de Análise, tendo em vista o horizonte disciplinar das Relações Internacionais. A região está, nesse sentido, sempre disposta no entremeio de outras metáforas espaciais – com diferentes significados ontológicos, epistemológicos e que demandam, portanto, esforços de contextualização. Logo, ainda que tenha um valor descritivo em relação a disposições, ordenamentos e lugares, as topologias da região só podem ser entendidas, no sentido colocado aqui, como infinitamente móveis e atreladas aos contextos que constroem e a partir dos quais são construídas.

<sup>6</sup> A região como *captura* pode sugerir o encapsulamento das relações sociais em um espaço pretensamente homogêneo e ahistórico e ainda representações totalizantes acerca da região e de indivíduos a ela relacionados. Região como captura se relaciona também à identificação de regiões a partir de temáticas específicas, como as questões de insegurança e as interações econômicas. Em alguma medida, “regionalizar” já implica em algum grau de captura. A região como *plataforma de inserção*, por outro lado, é a interpretação que se depreende do debate sobre globalização e regionalismos, onde a região aparece como palco de processos orientados para alcançar vias próprias de integração às dinâmicas do mercado e outros processos emanados da globalização neoliberal. A região enquanto plataforma de inserção, como será visto, não está livre, contudo, de se tornar também palco de disputas internas. A perspectiva da região como *horizonte de resistência*, por seu turno, pode ser lida tanto a partir dessa relação entre regionalismo e globalização, como de um referencial mais amplo, onde a região aparece como via de escape – e principalmente como *locus de tradução* – do que serão chamados aqui – ainda que não busca de um termo melhor – de projetos globais. A região enquanto horizonte de resistência, como será argumentado, implica necessariamente em alguma ambivalência.

vinculado ao imaginário em torno do espaço, longe de ser um dado natural e imutável, é sempre produto de construções sociais acerca da relação entre passado, presente e futuro, da sucessão de eventos e experiências e, tão logo, das diferentes formas de identificação e diferenciação produzidas. Logo, seu entendimento está sempre sujeito a disputas que, por sua vez, estão pautadas em relações desiguais de poder – aqui, seja no âmbito da política do internacional ou na esfera intelectual que acessa o que se entende por tal. Levando isso em conta, outra premissa que norteia esta pesquisa é a de que as práticas de representação são aspectos importantes e inerentes da vida política e, portanto, constituem objetos legítimos de investigação. Sob essa perspectiva, a naturalização de determinadas representações, ou seja, o encobrimento da disputa política a partir da qual certos referenciais foram reificados, resulta em dinâmicas de silenciamento e exclusão.

Os pressupostos e a problemática geral – cuja natureza, precisa-se reconhecer, é ampla – que orientam o presente trabalho influenciaram diretamente na estrutura dos capítulos e na maneira com que a argumentação é apresentada. De maneira geral, o estudo foi dividido da seguinte forma: dois capítulos iniciais, de cunho predominantemente teórico, e dois capítulos dedicados ao intento de ilustrar e analisar empiricamente os conceitos e argumentos antes sistematizados.

Inicialmente, será ensaiada uma sistematização das diferentes formas com que a região é abordada no âmbito das Relações Internacionais. Entretanto, mais profundo que isso, o capítulo em questão tentará traçar as nuances que permeiam o imaginário em torno da região no âmbito de abordagens identificadas com esse campo de conhecimento e com as relacionadas metáforas espaciais do internacional e do global. Isso para que, no capítulo seguinte, sejam estabelecidas as sensibilidades teóricas do trabalho como um todo e as bases a partir das quais se tentará lançar “um olhar outro” sobre a região. Tal enfoque é inspirado, em larga medida, por nuances do debate em torno da esfera de pós-colonialidade existente nas (R)elações (I)nternacionais, bem como nos conceitos “região como artefato” e “mundos imaginados”, cunhados por Rogério Haesbaert e Arjun Appadurai, respectivamente.

No que tange especificamente às Relações Internacionais, lugar a partir do qual essa pesquisa em larga medida fala, a discussão sobre região reflete o próprio caráter do termo/conceito e se apresenta fragmentada em abordagens que se

concentram, em larga medida, em sua qualidade de elemento ordenador – de processos político-econômicos, de dinâmicas de (in)segurança e de indivíduos. Dessa fragmentação decorre ainda a dificuldade em distinguir um debate coeso acerca do tema. De maneira geral, observa-se uma divisão de trabalho entre os chamados Estudos de Segurança e os estudos de Economia Política Internacional (EPI). Ambos os eixos temáticos são perpassados por questões ontológicas e epistemológicas que partem e ao mesmo tempo culminam no que se distinguirá aqui como “topologias do conhecimento” – a ver, o debate em torno da questão dos níveis de análise e do lugar dos chamados Estudos de Área nas Relações Internacionais. Esses eixos, vale esclarecer, são permeados por uma série de questões e referências que esse estudo não pretende e não toma como possível esgotar. Da mesma forma, vale esclarecer que essa não é uma divisão dura e que deve ser concebida como uma estratégia para mapear a discussão. Embora as subáreas de Segurança Internacional e EPI tragam vocabulários específicos acerca da temática, esse estudo parte do pressuposto de que há interseções importantes nessas visões que, por sua vez, trazem pistas do que se chamará aqui de “imaginário” acerca da região em (R)relações (D)internacionais. Tal imaginário, profundamente arraigado às metáforas espaciais do internacional e, tendo em vista uma literatura mais recente, do global, conforme será argumentado, possui um potencial totalizador e homogeneizador (Walker, 1993; Bigo, Walker, 2007) que demanda um esforço de problematização.

Conforme se argumentará, esse dito imaginário em torno da região no âmbito de abordagens ligadas ao que se chamou aqui de metáforas do global e do internacional contribui para a construção e consolidação de verdadeiros “mundos imaginados”, ou seja, imagens múltiplas sobre espaços, indivíduos e contextos (Appadurai, 1996). Essas imagens, por sua vez, tendem a constituir verdades sobre o mundo em diferentes sentidos. São, portanto, frutos diretos do entrecruzamento de discursos e representações, bem como produtos/produtores de grandes narrativas e conjunturas políticas. Logo, esses diferentes mundos imaginados trazem imbricados em si tanto um elemento estereotipador e homogeneizador — atrelado às metáforas do internacional moderno enquanto referencial espacial explícito ou implícito —, como um elemento de vestes ambivalentes, ligado à busca pela identificação, diferenciação e resistência em relação a certas dinâmicas do internacional/global.

Assim, a tarefa do primeiro dos capítulos dedicados à esfera predominantemente empírica da pesquisa pode ser resumida como uma tentativa de ilustrar as diferentes formas com que a esfera totalizadora, homogeneizadora, hierarquizadora e estereotipadora da região se performa em relação ao Maghreb no âmbito de discursos ligados à política internacional (ou à política do internacional). Três grandes formações discursivas em torno do aspecto regional do Maghreb são identificadas, contextualizadas e analisadas. A primeira diz respeito à própria emergência do Maghreb enquanto construto regional no âmbito do discurso colonial francês. A segunda formação discursiva identificada se relaciona à forma com que a noção de unidade foi construída a partir do Maghreb – em primeiro lugar, para contrapor a imagem do Maghreb como uma região de dominação francesa e, posteriormente, para ditar as estratégias de inserção desse Maghreb no contexto político e econômico internacional. A esfera performática mais evidente de tal discurso é identificada na formação da União do Maghreb Árabe (UMA). A terceira e última formação discursiva identificada e trabalhada é a que permeia os discursos e práticas em torno da construção de uma região Euro-Mediterrânea sob liderança da Europa – mais especificamente da União Europeia. No âmbito desses discursos – emanados de forma unilateral e quase exclusivamente a partir de instâncias da União Europeia –, o Maghreb é construído ora como parceiro, ora como “lócus de insegurança”. No âmbito dessa formação discursiva, como será visto, evidenciou-se um retorno da região enquanto referencial de ação e de análise. Nesse contexto, o Maghreb é representado como região problemática, um berço de atividades terroristas, fluxos migratórios e impossibilidade em relação ao desenvolvimento econômico – nuance evidenciada, mas raramente problematizada por estudos dedicados a analisar esses contextos (Adler e Crawford, 2004; Haddadi, 1999; Haddadi, 2004; Joffé, 2008; Martins, 2009; Zartman, 2011; Celso, 2008).

O segundo capítulo de cunho empírico, por seu turno, é dedicado a ilustrar uma esfera outra de possibilidade em torno desses “mundos imaginados” que são os construtos regionais. A escolha por analisar os trabalhos de Abdallah Laroui e Mohamed Abed Al-Jabri não decorre de um entendimento desses autores como os únicos ou mais importantes no que tange à temática proposta. O critério utilizado,

além da noção de “textos como monumentos” (Neumann, 2008)<sup>7</sup>, foi o engajamento desses autores com questões em torno da manifestação da (pós-)colonialidade no Maghreb. E ainda, o envolvimento desses intelectuais num esforço imaginativo e crítico em relação ao horizonte de possibilidades para as sociedades no Maghreb no contexto após a descolonização. E aqui vale mais uma vez parafrasear Reda Bensmaïa (2003) em sua sugestão de que, por mais que os textos tenham diferentes focos e por vezes discordem entre si, eles estão flutuando em um campo transcendente, onde se encontram e se intersectam em suas percepções, análises e sugestões, sem que isso necessariamente subverta as diferenças e a unicidade de cada um. E é nesse sentido que esse estudo se propõe ao experimento de converter o pensamento desses intelectuais no substrato que, acredita-se, permitirá repensar o Maghreb sobre outras bases. O intuito com isso não é angariar um entendimento “mais verdadeiro” ou definitivo sobre o Maghreb, mas possivelmente desconstruir definições político-espaciais encapsuladas e homogêneas – e que são frutos, pode-se tentativamente afirmar, da própria forma com que as relações internacionais são normalmente performadas e estudadas.

Tendo em vista os termos desse estudo tal qual proposto até aqui, algumas considerações gerais precisam ainda ser feitas. Ao longo do trabalho como um todo, por exemplo, chama-se atenção para determinados conceitos e termos gerais que demandam algum esclarecimento. No que concerne a “discurso”, “representação”, e “narrativa”, considerando a perspectiva geral assumida aqui, esses são entendidos enquanto aspecto inerente e constitutivo da vida política e, tão logo, das relações internacionais. Indo diretamente de encontro a perspectivas que pressupõem a existência de uma separação entre práticas de cunho discursivo e não-discursivo – e que podem sugerir dicotomias como “aparência/essência”, “pensamento/ realidade”, “subjetivo/objetivo”, imaginação/realidade –, entende-se que as relações internacionais “estão inextricavelmente ligadas a práticas

---

<sup>7</sup> Nas palavras de Neumann (2008): “Some texts will show up as crossroads or anchor points (...). These are called canonical texts or monuments (...). In my dissertation research, I was actually able to identify the textual canon by starting with the secondary literature, because it proved to be well informed. I took the 'monuments' to be the works that were generally cited in the secondary literature. I read these works, and indeed I found that they tended to refer to one another. This, as well as the negative finding that there were few additional central texts, confirmed them as monuments” (p.67)

discursivas que colocam em circulação representações que são tomadas como ‘verdades’” (Doty, 1996:5).

Nesse sentido, o objetivo por trás da tentativa de analisar essas práticas discursivas – o que configura em grande parte a metodologia assumida aqui – não é trazer à tona “verdades” que foram obscurecidas, mas sim examinar como certas representações subjazem a produção de conhecimento e de identidades, e como essas ditas representações – sob as vestes de “verdades” – tornam possíveis diferentes cursos de ação (Doty, 1996). Logo, salienta-se a esfera performática inerente aos discursos, representações e narrativas que permeiam a política internacional (Campbell et al, 2007). Nas palavras de Campbell et al (2007), a esfera performática das práticas discursivas vem à tona quando, diferente de conceber o discurso como algo utilizado por sujeitos para descrever objetos, entende-se que essas práticas também constituem ambos sujeitos e objetos (p. 406).

Assim, “representações” são entendidas aqui, em larga medida, como “regimes de verdade” constituídos a partir e de maneira inseparável dessas práticas discursivas, ou seja, salienta-se a esfera da “produtividade do discurso” (Miliken, 1999). O termo relacionado “formação discursiva”, por seu turno, também é por vezes evocado no âmbito desse estudo em um sentido semelhante ao de práticas discursivas, bem como no intuito de denotar as diferentes representações que dali emergem. Formações discursivas, contudo, não necessariamente culminam em narrativas – entendidas aqui predominantemente como discursos e representações que alcançaram a qualidade próxima de “verdade” acerca de conceitos, contextos, espaços e indivíduos.

Tendo em mente essas colocações acerca das chamadas práticas discursivas e a gama de caminhos que podem ser galgados a partir delas<sup>8</sup>, entende-se como foco desse estudo a “justaposição de narrativas”, com foco nas possibilidades inerentes aos ditos saberes “subjugados” (Miliken, 1999:243). Como sintetiza Miliken (1999), sobre o método justaposicional:

[it] Works (...) by juxtaposing the ‘truth’ about a situation constructed within a particular discourse to events and issues that this ‘truth’ fails to acknowledge or

---

<sup>8</sup> Como pondera Miliken (1999): “no individual study, even a monograph, can deal with all aspects of discursive productivity, however, and there are foci that follow from choices that scholars make about whose system of signification they will principally study” (p.236).

address, and also by pairing dominant representations with contemporaneous accounts that do not use the same definitions of what has happened and that articulate subjects and their relationships in different ways.

(...) [F]ocusing on subjugated knowledges is essentially an extension of the juxtapositional method, with the difference that alternative accounts are not just pointed out but are explored in some depth, showing that they are enabled by a discourse that does not overlap substantially with a dominant discourse. This may also involve an examination of how the subjugated knowledge itself works to create conditions for resistance to a dominant discourse (...) (p.243)

A justaposição em questão aqui se dá não necessariamente em relação a eventos ligados a determinados contextos, mas em relação a diferentes imaginários em torno do Maghreb – um que evidencia sua totalidade, homogeneidade e fixidez enquanto região problemática; e outro que salienta sua heterogeneidade, bem como as possibilidades de unidade, e mesmo de resistência e emancipação em relação a essas dinâmicas de “captura”. Esses imaginários não necessariamente aparecem de forma sincrônica no conjunto de contextos aos quais se relacionam – e tão pouco se apresentam sob os mesmos termos –, contudo, se justapostos revelam a multiplicidade de “mundos imaginados” que permeiam o construto regional Maghreb.

Assim, enquanto em um primeiro momento a pesquisa se concentra em desvendar nuances do imaginário em torno da região no âmbito das Relações Internacionais e as formas com que esse imaginário é performado – explicita ou implicitamente – em diferentes discursos em relação ao Maghreb (capítulos 2 e 4); em um segundo momento, em contrapartida, busca-se angariar uma concepção alternativa acerca do conceito de região a partir de fragmentos de debates que se dão por dentro ou nas franjas desse próprio campo do conhecimento (capítulo 3). Nesse sentido, a leitura da região como um “artefato” é o que permite que as perspectivas de Abdallah Laroui e Mohamed Abed Al-Jabri sobre o Maghreb (capítulo 5) adquiram a qualidade de narrativas justapostas em relação ao Maghreb emoldurado no âmbito de perspectivas usualmente privilegiadas nas Relações Internacionais. As perspectivas desses intelectuais, por outro lado, não são concebidas aqui como verdades obscurecidas, mas evidenciam nuances acerca da região do Maghreb cujas complexidades vão de encontro ao “regime de verdade” estabelecido em torno dessa região. Entretanto, ao contrário do que possa sugerir, tal estratégia não tem como objetivo gerar uma lógica hierárquica inversa, mas evidenciar a existência de múltiplos imaginários, ou “mundos

imaginados”. E ainda, salientar as relações desiguais de poder que permeiam as práticas discursivas que tornam determinados imaginários – ou conjuntos de representações – como “verdades” acerca de espaços e indivíduos.

Por fim, vale tecer uma última ressalva pertinente nesse momento introdutório. Tendo em vista a amplitude da temática escolhida e a presença de literaturas que não necessariamente dialogam entre si, esse estudo busca não somente trazer elementos vindos de uma revisão convencional da bibliografia selecionada. Revelam-se também esforços pessoais de reflexão e de imaginação acerca do tema, do objeto e das possibilidades em torno da pesquisa. Isso porque, acredita-se, todo esforço de pesquisa, em alguma medida, traz em seu bojo nuances dos “mundos imaginados” por aquele que o executa, bem como revela diferentes possibilidades ao longo dessa execução. E, para além do fato de o fascínio pessoal sobre o Maghreb ter servido como estímulo para o início dessa pesquisa, acredita-se que essa região se revela como um lócus interessante para um estudo nos termos propostos, tendo em vista a riqueza de perspectivas que a circundam bem como da crítica intelectual dela emanada – e que tem passado, em larga medida, despercebida em Relações Internacionais.